

**MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL DE 2018
DESPESAS EXECUTADAS**

ÚLTIMOS 12 MESES	mai-17	jun-17	jul-17	ago-17	set-17	out-17	nov-17	dez-17	jan-18	fev-18	mar-18	abr-18	Liquidadas
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	43.006.956,49	35.561.800,19	31.397.437,92	32.814.344,68	33.703.516,16	38.223.837,65	43.926.932,67	72.184.754,65	33.444.461,24	32.907.884,53	51.539.223,59	32.724.471,26	481.435.621,03
Pessoal Ativo	37.825.730,68	29.373.358,14	25.692.712,25	26.942.069,43	27.297.731,80	30.793.717,63	36.421.908,77	58.152.097,01	27.753.060,74	27.208.077,78	45.886.734,83	27.085.095,32	400.432.294,38
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	33.986.437,85	25.569.264,63	22.857.460,70	23.133.295,46	23.937.368,48	27.015.201,82	32.897.342,27	51.207.754,73	24.332.979,94	23.776.517,81	42.471.335,18	23.663.022,68	354.847.981,55
Obrigações Patronais	3.834.731,96	3.804.093,51	2.835.251,55	3.804.536,57	3.360.363,32	3.778.515,81	3.524.566,50	6.918.217,11	3.420.080,80	3.424.132,78	3.415.399,65	3.416.199,90	45.536.089,46
Benefícios Previdenciários	4.560,87	0,00	0,00	4.237,40	0,00	0,00	0,00	26.125,17	0,00	7.427,19	0,00	5.872,74	48.223,37
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS	5.181.225,81	6.188.442,05	5.704.725,67	5.872.275,25	6.405.784,36	7.430.120,02	7.505.023,90	14.032.657,64	5.691.400,50	5.699.806,75	5.652.488,76	5.639.375,94	81.003.326,65
Aposentadorias, Reservas e Reformas	3.442.076,70	4.381.256,02	3.935.659,33	4.030.757,09	4.631.049,53	5.645.455,95	5.717.319,42	10.556.708,80	3.996.075,86	4.004.482,11	3.957.164,13	3.951.921,07	58.249.926,01
Pensões	1.739.149,11	1.807.186,03	1.769.066,34	1.841.518,16	1.774.734,83	1.784.664,07	1.787.704,48	3.475.948,84	1.695.324,64	1.695.324,64	1.695.324,63	1.687.454,87	22.753.400,64
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00											0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes	0,00	0,00											0,00
de contrato de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS II	14.871.259,72	8.221.559,74	7.351.713,85	7.542.191,63	9.129.315,38	10.521.945,54	15.220.803,34	22.075.848,24	7.501.967,36	7.436.943,40	23.084.369,19	7.269.085,99	140.227.003,38
(§ 1º do art. 19 da LRF)													0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demis. Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exerc. Anteriores de período anterior ao da apuração	9.490.213,56	2.775.371,55	1.882.911,94	2.048.720,44	3.537.567,66	4.483.567,42	9.340.404,14	10.402.829,21	1.950.206,48	1.839.751,52	17.456.979,56	1.666.574,21	66.875.097,69
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.381.046,16	5.446.188,19	5.468.801,91	5.493.471,19	5.591.747,72	6.038.378,12	5.880.399,20	11.673.019,03	5.551.760,88	5.597.191,88	5.627.389,63	5.602.511,78	73.351.905,69
Despesa Líquida Com Pessoal (III) = (I - II)	28.135.696,77	27.340.240,45	24.045.724,07	25.272.153,05	24.574.200,78	27.701.892,11	28.706.129,33	50.108.906,41	25.942.493,88	25.470.941,13	28.454.854,40	25.455.385,27	341.208.617,65
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				VALOR									% SOBRE A RCL AJUSTADA
REC. CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				18.292.019.688,63									
Transferências obrigatórias da União as Emendas Individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)				1.247.979,80									
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)				18.290.771.708,83									
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)				341.208.617,65									R\$ 1,8655
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)				365.815.434,18									2
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)				347.524.662,47									1,9
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)				329.233.890,76									1,8
FONTE: SIAfem 2018, Defin MP, 13/09/2018, 08.30													
	GILBERTO VALENTE MARTINS							MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES					
	Procurador Geral de Justiça			ANTONIO DE PADUA SOUTELLO BECHARA				Diretor do Departamento Financeiro					
				Comissão de Controle Interno									

Protocolo: 361611

EXTRATO DE PORTARIA Nº 015 /2018- MPPA/PJJA

O Representante do Ministério Público Estadual, DR. SÁVIO RAMON BATISTA DA SILVA titular da Promotoria de Justiça de Jacundá/PA, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório 06/2018/MPPA/PJJA, que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça de Jacundá/PA, situada nesta cidade na Av. JK, nº 72 - Prédio do Fórum, CEP 68590-000.

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Envolvidos: Ismael Barbosa, Hausen Alves do Nascimento e Daniel Siqueira Neves.

OBJETO: investigar a ocorrência de investigar a ocorrência de Improbidade Administrativa no órgão do DMTU.

Jacundá/PA, 20 de agosto de 2018.

SÁVIO RAMON BATISTA DA SILVA, Promotor de Justiça de Jacundá/PA

Protocolo: 361297

EXTRATO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000766-125/2016-MP/1ºPJ/DCF/DH

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS, Dr.ª MARIA DAS GRAÇAS CORREA CUNHA, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 000766-125/2016-MP/1ª PJ/DCF/DH, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 034/2018

Data da Instauração: 11/09/2018

Objeto: acompanhar as providências adotadas pela SEDUC para sanar os problemas relativos às condições físicas do prédio onde funciona a EEEFM Santa Luzia, bem como acompanhar as providências a serem adotadas pela direção da EEEFM Santa Luzia

para obtenção de ato autorizativo de funcionamento junto ao Conselho Estadual de Educação, regularização do conselho escolar e elaboração do projeto político-pedagógico.

Promotora de Justiça: 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS

Promotora de Justiça: Maria das Graças Corrêa Cunha.

Protocolo: 361324

PORTARIA Nº 6.258/2018-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício nº 43 3ºPJ/Crim, datado de 24/7/2018,

R E S O L V E :

AUTORIZAR, sem ônus ao Ministério Público do Estado do Pará e sem prejuízo de suas atribuições originárias, especialmente no que diz respeito à realização de audiências de réus presos, adolescentes